

(RE) CATEGORIZANDO A POLÍTICA E A INTERNET NO BRASIL: UMA INVESTIGAÇÃO COM UM GRUPO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

José Antonio Gomes de Pinho ¹⁻
Júlio Cesar Andrade de Abreu ²⁻
Ingrid Winkler ³⁻

RESUMO

Nos últimos anos, percebemos uma série de mudanças ocorrendo de forma acelerada. Valores, comportamentos e percepções, tanto individuais como coletivas, têm sido remodeladas, sobretudo pelas Tecnologias da Informação e Comunicação, em especial a Internet que estaria causando uma revolução em particular. O objetivo deste estudo é qualificar o que é política no espaço da Internet a partir da categorização de uma pesquisa de âmbito nacional chamada TIC domicílios. Constata-se que a política na categorização da TIC domicílios possui um escopo limitado. Realiza-se uma recategorização, baseada em apontamentos da literatura, sobre o que é a política nos indicadores da TIC domicílios e o que caracteriza o uso político da Internet. É realizado um teste empírico com as categorizações atuais e a proposta em um grupo de estudantes universitários para se analisar o uso político da Internet. A metodologia empregada é uma *survey* em uma turma heterogênea de estudantes de uma disciplina em um curso de Administração em uma universidade no Nordeste. Conclui-se que a amostra investigada utiliza a Internet “quase nunca” para fins políticos dentro da categorização da TICs domicílios e ainda menos na nova categorização proposta. Os resultados confirmam pesquisas precedentes, mas também apontam para a necessidade de se conhecer melhor o que é este “novo” homem digital.

1 Professor do CIAGS/NPGA/EA - UFBA. jagp@ufba.br. SALVADOR, Brasil

2 NPGA/UFBA e PPGA/MPA/UFF. julioabreu@vm.uff.br SALVADOR, Brasil.

3 NPGA/UFBA e Faculdade de Tecnologia Senai Cimatec. ingrid.winkler@fieb.org.br - SALVADOR, Brasil

RE(CATEGORIZING) POLITICS AND INTERNET IN BRAZIL: A RESEARCH ON A GROUP OF GRADUATE STUDENTS.

ABSTRACT:

In the last years, one can identify a lot of changes taking place at a rapid way. Values, behavior and perceptions, from individuals as from collectives, have been redefined, mainly by the Technologies of Information and Communication, specially by Internet which, in particular, would be causing a revolution. The objective of this article is qualify what politics is in the locus of Internet, taking as starting point categories provided by a research led at national level called “TIC Domicílios”. We have realized that politics in this research has a narrow scope. Thus, we have redefined politics following key authors and a proposal made by the authors of this present article. A survey with a group of graduate students of a public university in the North-East of Brazil, was made considering the original definition of politics and the new one. The findings pointed out that the group of students “almost never” used Internet for political purposes according to both approaches, and still less in the re(categorized) definition of politics. Further research is needed to know better what this “new” digital being means.

PALAVRAS-CHAVE:

Internet, Política, Política digital

ABSTRACT

It is possible to realize many changes which have occurred in a quick way in the last years. Values, behavior and perception, as in individual as in collective terms, have been reconstructed by the information and communication technologies, particularly by the Internet, which would be producing a revolution. This article aims at understanding what politics is in the Internet space taking as starting point a national research named “TIC domicílios”. The article points out that the space dedicated to “politics” in this research is small. This being so, the concept of politics in the digital arena was redefined based on a theoretical literature producing a hard definition of politics in the digital arena. The categories of the original research as well as the new categories designed by the theoretical proposal was applied for a heterogeneous group of students of a Faculty in the North-east of Brazil in a course of Administration. The results found that this group of students uses the Internet “almost never” for political ends and less in the purposed categories. The results found have confirmed what the literature

has pointed out, but, also, claims the need to arrive at a better understanding of this “new” digital human being.

KEY WORDS:

Internet, Politics, Politics in the digital space.

INTRODUÇÃO

As novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), em particular a Internet, têm provocado alterações substanciais em várias áreas da atividade humana, quer sejam públicas ou privadas. Na verdade, ainda não se sabe exatamente quais são essas alterações, sua profundidade e dimensão. Algumas delas são evidentes, claras e explícitas, sendo outras mais subjetivas e intangíveis e apenas pesquisas mais aprofundadas poderão detectá-las e medir o impacto destas. Nem o próprio potencial da Internet está totalmente explorado, pois “*frequentemente* uma ferramenta é inventada antes que seu objetivo principal tenha sido inteiramente compreendido” (SCHLOSSBERG, 2008, p. 24). A atividade na Internet talvez possa ser caracterizada por uma certa ambigüidade. Por um lado, a Internet possibilita muito mais do que se imaginou ao seu início. A cada dia se descobre novas atividades e funções para a mesma que não estavam na sua configuração inicial. Por outro lado, a Internet também não cumpriu algumas das promessas que se imaginava que pudesse atender. Na verdade, tem cumprido, mas não na abrangência e intensidade que se imaginava, principalmente no que se refere à atividade política. Houve uma grande euforia com a potencialidade que a Internet carrega de ser um grande instrumento de ação, e, conseqüentemente, transformação política.

O raciocínio era bem mecânico: disponibilizado o instrumento de participação política, haveria um surto, uma febre participatória por parte da sociedade. Os governos também não ficariam atrás e, principalmente, premidos pela ação da sociedade se mobilizariam no sentido de criar mecanismos de participação e de accountability levando à estágios superiores de democracia. Neste quesito, as pesquisas têm avançado muito no sentido de auscultar o que os governos vêm fazendo, principalmente através de análises de portais de governo eletrônico. Apenas para ficar no território nacional, existe uma ampla bibliografia vasculhando este tema, entre outros Pinho (2008); Bragatto (2007); Abreu, Leopoldino e Melo (2008); Vaz (2003); Prado (2004; 2009). Saindo do Executivo e adentrando o Legislativo, as evidências também não são reconfortantes, como ilustra uma pesquisa feita com os vereadores de cidades com mais de quinhentos

mil habitantes, que revela a fraqueza do uso de recursos digitais entre esses vereadores e os cidadãos indicando uma frágil ou inexistente interatividade (CUNHA & SANTOS, 2005). Não é desprezível o fato de que a citada pesquisa deteve-se em câmaras de municípios que certamente abrigam condições de implantar sites com qualidade. Se as pesquisas da esfera do Estado já conseguem desenhar um quadro um pouco mais preciso, falta-nos, por outro lado, um maior conhecimento do que está do outro lado do balcão (governo, Estado), o que pensa a sociedade civil ou, mais especificamente, o cidadão e como este utiliza a Internet para fins políticos. Este artigo objetiva dar um passo nessa direção investigando um grupo de estudantes universitários em uma universidade pública no Nordeste. A escolha desse grupo tem vantagens e desvantagens. Por um lado, foca no grupo que certamente tem mais condições de usar o instrumento no sentido de uma participação política por reunir recursos cognitivos e de conhecimento. Por outro lado, negativamente, pesa o fato de não refletir a sociedade como um todo, estando, na verdade, bem distante da média da sociedade. O alvo do artigo reside em identificar uso político da Internet, partindo prioritariamente do comportamento do indivíduo, seu posicionamento e manifestação. Para tanto, é importante compreender o que é política, ou mesmo quais indicadores a compõem. Neste sentido, recorreremos à principal pesquisa sobre Internet realizada no Brasil, TIC domicílios, que traz uma categorização com indicadores sobre governo eletrônico, que em sua classificação é o que mais se aproxima do que se entende por política. Defende-se que esta classificação é limitada (por ter uma visão majoritariamente instrumental da política) e aporta-se uma proposta de reclassificação, que é testada no grupo de estudantes supracitados. Este artigo se compõe, para além desta Introdução, de um Referencial Teórico, da Metodologia da Pesquisa, de uma seção de Análise de Dados e das Conclusões.

CONSTRUINDO UM REFERENCIAL TEÓRICO

O objetivo aqui é construir um referencial teórico que explique a ação dos indivíduos na Internet, suas intenções, objetivos e comportamento voltando-se, mais especificamente, para a atividade política, mas também buscar um entendimento das profundas mudanças ocorridas nas últimas décadas na comunicação e interação humanas com o advento da Internet. Na verdade, o mundo da comunicação da segunda metade do século XX antecede o mundo da Internet, mas esta potencializa a comunicação e interação entre os indivíduos, existindo “um fosso” entre o mundo de hoje e o de poucos séculos atrás (THOMPSON, 1998). A nova situação tem levado a classificar os analistas

e teóricos em otimistas e pessimistas quanto às novas tecnologias, o que se pode esperar delas e que efeitos produzem na sociedade. Os otimistas vêem a Internet como um campo marcado por uma maior liberdade de expressão, uma comunicação livre e independente de grandes conglomerados de mídia e governos, o que lhe conferiria um caráter democrático nunca antes experimentado. Esta defesa tem como base o fato da Internet se basear em um fluxo de informação de muitos - para - muitos receptores, ao invés do modelo um - para - muitos receptores que caracteriza as mídias tradicionais (COMASSETTO, 2003). Segundo Lévy (1999), a Internet ao possibilitar a ampliação da liberdade de expressão, do acesso à informação e do diálogo e interatividade através das comunidades virtuais, geraria cidadãos com melhor informação, politicamente mais ativos e socialmente mais conscientes do que os cidadãos off line. Talvez pudéssemos pensar em ultra otimistas ao nos depararmos com determinadas expectativas. “As possibilidades democráticas podem ser influenciadas pelas novas tecnologias uma vez que estas têm a capacidade de mudar a maneira pela qual as pessoas, em grande número interagem e se comunicam” (FISHKIN, 2002, p.17).

Por sua vez, para os pessimistas, a comunicação na Internet não é essencialmente diferente da proporcionada pelos meios tradicionais, a liberdade é simulada e se algumas iniciativas inovam em algo, não passam de tentativas isoladas de indivíduos iludidos, imaginando que, por conta da existência de meios técnicos e de baixo custo para dirigir-se a um imenso público internacional, podem fazer frente aos grandes conglomerados, o que não ocorre. Para eles, as páginas que potencialmente podem ser vistas pelo mundo inteiro, acabam se resumindo a contatos individuais que dão a ilusão de inclusão, de participação por parte do indivíduo (COMASSETTO, 2003).

Para além da compartimentalização entre otimistas e pessimistas, tem-se por certo que a questão digital demanda requisitos básicos para o atingimento de suas expectativas. Assim, Castells (2003), um reconhecido entusiasta das novas tecnologias, adverte, porém, para um componente fundamental em todo esse processo, qual seja a capacidade para localizar informações e transformá-las em conhecimento demanda habilidades cognitivas específicas. Em sua percepção, a capacidade de aprender a aprender e de se saber o que fazer com o que foi aprendido, é socialmente desigual estando ligada à origem social e ao nível cultural e de educação do usuário da Internet. Também Pierre Lévy, outro conhecido entusiasta das TIC, pondera que o acesso às ferramentas é muito importante, mas chama a atenção para a necessidade de condições intelectuais de

participar ativamente dos processos coletivos oportunizados pelo ciberespaço (LEVY, 1999).

Estas reflexões são de suma importância para a análise do objeto desta pesquisa indicando a existência de uma diferenciação entre o público da web nesta pesquisa, ainda que seja um universo aparentemente homogêneo. O proscênio da questão é muito mais amplo quando se insere o referencial do neoliberalismo que cultiva e aprofunda, por excelência, a individualização com reflexos profundos no entendimento da política e nas formas de fazê-la. “A combinação de informática, Internet, grandes redes de comunicação, mídia, televisão e indústria de entretenimento ajuda decisivamente a deslocar a política, convertendo-a num espetáculo dentre outros, banalizando-a, tirando-lhe eixo e substância” (NOGUEIRA, 2001, 18). A web parece contribuir para reforçar este ideal neoliberal dado que “[a]s novas tecnologias são como uma figura de emancipação individual” (WOLTON, 2003, p.86). Estas poderiam dar uma sensação de um poder, de uma capacidade de mudar as coisas, forjando uma “utopia”, “uma sociedade onde os homens são livres, capazes de se emancipar por eles mesmos”⁴. O sucesso das novas tecnologias, quase um encantamento, estaria fortemente associado às dimensões de: “autonomia, domínio e velocidade”⁵ Na rede não existem intermediários nem hierarquia, dando “um sentimento de liberdade absoluta, até mesmo de poder”⁶ uma configuração radicalmente diferente das encontradas no mundo real. A interatividade que as novas tecnologias proporcionam tem “alimentado muitas fantasias e gerado grandes expectativas sobre a cultura digital nascente” (COSTA, 2002, p.8). Pode-se perceber uma perigosa confluência entre fantasia e utopia, estando esta última muito carregada da primeira, gerando expectativas elevadas que poderão não se cumprir. Para Baudrillard (2001), as novas tecnologias mergulharam a humanidade numa “liberdade aparente”, e quando tudo parece ser livre, na verdade nada o é. Já outros olhares, registram uma expectativa de “emergência de uma nova sociedade, em rede, livre e solidária” (WOLTON, 2003, p.88). O que se pode constatar, sim, é uma ampla controvérsia até porque esses processos ainda não estão maduros, são relativamente recentes gerando expectativas, por um lado, de um caráter libertador da Internet enquanto outros percebem outros aspectos menos favoráveis e, talvez, mistificadores.

4

ibid., p.86

5 ibid., p.85

6 ibid., p.85

Um aspecto que tem sido muito explorado na Internet encontra-se na idéia da existência de um excesso de informações que provocaria a incapacidade de processá-las. Eco (2006)⁷ afirma que com a Internet “você dispõe de toda a informação, mas não sabe qual é confiável e qual é equivocada. Essa velocidade vai provocar a perda de memória.” Pensando em termos do Brasil, Nogueira adiciona a este fato o caso dos mais pobres, que ao não ver reconhecimento de suas necessidades por parte do Estado, fogem da política. (NOGUEIRA, 2001). Tomando os EUA como objeto de análise, Fishkin (2002) identifica que, “normalmente, o público não é bem informado, engajado ou não presta muita atenção”, evidências empíricas mostrando que “os cidadãos são, quase, “racionalmente ignorantes” sobre a política e as questões públicas” (FISHKIN, 2002, p.20). Como se desenvolve uma sensação de o voto ou opinião de cada um “não farão muita diferença” (...) não há tanta razão para ficar atento ou procurar se informar” (idem). As razões são diferenciadas entre as duas situações, mas observa-se uma fuga da política, mesmo através da Internet com suas facilidades de comunicação, tanto em um país desenvolvido quanto em outro com as características do Brasil

Marcondes Filho (1994) também defende que a disseminação das novas tecnologias leva a um aumento da alienação dos indivíduos ao subtrair destes o ato da reflexão ficando, em consequência a vida mais fútil bem como os momentos de reflexão e crítica mais rarefeitos. Assim, ao lado de uma potencial democratização da informação defendida pelos teóricos entusiastas das TIC, perfila o argumento da baixa profundidade das informações disponíveis na Internet. Neste córrego, Nogueira afirma duvidar de “que as coisas ficaram mais simples e transparentes apenas porque passamos a ter mais conexões e receber mais informações” (NOGUEIRA, 2001, p. 35). Em outras palavras, não é porque mais informações estão disponíveis na rede que os processos políticos se tornaram mais transparentes ou temos condições de compreender mais facilmente “contextos bem mais integrados e conturbados”(NOGUEIRA, 2001, p.35). Informação abundante “pode confundir ou incutir no cidadão a idéia de que há transparência, confundindo-se muita informação com transparência, mas, na verdade, a informação efetiva e relevante não estaria sendo fornecida” (PINHO & WINKLER, 2007). Aprofundando mais a análise, estaríamos frente a uma situação onde existe “[...] um amontoado fantástico e alucinante de dados que o público recebe com relativa indiferença” criando “um clima de ‘estar

7 Umberto Eco goza de grande notoriedade em áreas de pesquisa como a semiótica além de ser um crítico da velocidade e do amplo fluxo de informações da atualidade. Uma de suas obras mais polêmicas e debatidas nesta área é “Apocalípticos e Integrados”. A afirmação de Eco utilizada no texto tem origem em uma entrevista concedida ao Jornal El País e reproduzida pelo jornal A Folha de São Paulo.

sendo informado', quando, na verdade, são parte de uma encenação. É produção de informação para não se informar coisa alguma" (MARCONDES FILHO, 1994, p.63). Então, é neste contexto que se move o usuário da Internet: ao lado dos aspectos positivos da esfera digital, tais como, democratização da informação, interatividade, capacidade de manifestação, entre outros, perfilam aspectos negativos, ou suspeitos, acima levantados. É nesse contexto que se coloca e se move o internauta, contexto confuso e ambíguo.

Estudos diversos (GUIDI, 2002; MAIA, 2002) têm constatado que, mesmo em países com forte tradição democrática, as administrações públicas ainda estão em um estágio muito embrionário e ao invés de processos de interação política prevalece um modelo essencialmente baseado na difusão de informações. Castells (2003), reconhece que, embora tenham se criado expectativas com a Internet, de uma maior participação cidadã, informação política e interatividade, a maioria dos estudos e relatórios revela que isso ainda não se realizou. Ao mesmo tempo, registra a existência de pouco interesse dos cidadãos em questões políticas, exceto quando atingidos por um evento que desperta sua indignação ou afeta seus interesses pessoais, o que reforça o diagnóstico de um alheamento à política. Estamos, assim, desenhando um quadro onde parece que a política encontra um espaço muito restrito, não se configurando como um objeto de desejo dos cidadãos contemporâneos, nem, ao que preliminarmente tudo indica, com as facilidades da comunicação digital.

O que parece acontecer, sim, é a explosão do número de sites de chats, jogos, diários eletrônicos, redes sociais virtuais em oposição às tímidas iniciativas de democracia eletrônica ou ação coletiva. Para os críticos, a Internet tem funcionado mais intensamente como instrumento benéfico na área dos negócios, como indústria da informação, entretenimento de baixo custo ou proporcionando a interação em torno de debates inúteis (RÜDIGER, 2003). Nesta linha, Maia (2002) recorre a estudos realizados sobre a experiência da Internet na cidade de Bolonha (Itália), que garantiu a universalidade do acesso a toda a população, constatando, no entanto, que os grupos de discussão mais populares estavam ligados a sites de entretenimento e a temas apolíticos, como culinária, esporte e viagem, demonstrando que os principais obstáculos para a realização da política deliberativa no âmbito da Internet não advêm de constrangimentos à liberdade de expressão ou de comunicação, mas geralmente de uma forma de apatia política.

Vale lembrar que Bolonha possuía uma tradição de luta e de engajamento políticos muito fortes na década de 1970, tanto que era chamada de Bolonha vermelha.

Outro aspecto a destacar da Internet é a instantaneidade, as reações a um evento podem ocorrer minutos depois do mesmo e provocar uma avalanche de milhões de acessos e manifestações em poucas horas ou dias provocando mudanças na sociedade civil que estaria se redefinindo com a Internet. Se, antes, sociedade civil era muito mais espaço para a atuação de grupos organizados, movimentos sociais, configurando o que se chama de sociedade civil organizada, agora, com a Internet, parece haver muito mais espaço para a ação do indivíduo. Ainda que haja espaço para a atuação de grupos e movimentos organizados na Internet, o que tem de novo é a abertura de um espaço para a ação de indivíduos que podem pertencer ou não a movimentos. Poder-se-ia, inclusive, falar mais em sociedade civil desorganizada como locus da Internet, havendo um espaço mais para indivíduos, isolados, do que para movimentos sociais, grupos organizados, o que, em si, não seria um aspecto negativo ou pejorativo frente à ditadura que os movimentos (e partidos políticos) podem impingir a seus membros. Neste sentido, a Internet cumpriria um papel libertador.

O que tem que se ter consciência é que estamos frente a um novo animal, um animal digital, sobre o qual ainda se sabe pouco. Neste sentido seria interessante trazer algumas ponderações sobre certas diferenças e aproximações entre o mundo real e o mundo digital. Há razoável convergência de que estamos vivendo em um mundo dominado pelas TIC onde a Internet assume, cada vez mais, um papel central. No lastro desta situação localiza-se um incremento acelerado de relações virtuais entre indivíduos, o que tem configurado dois campos bem antagônicos de entendimento do fenômeno. Por um lado, os que entendem que as redes baseadas em interações eletrônicas “não substituem as redes constituídas nas relações face a face, que continuam a ser a principal fonte de relações de confiança e afeto” (SORJ, 2003, p.42) ainda que não se possa negar que a Internet possibilita “a intensificação do intercâmbio e a diversificação das redes sociais, mas isso não tem sido suficiente, até o momento, para substituir ou modificar os laços sociais que se estabelecem na convivência direta.”⁸.

No mesmo campo de crítica à Internet, Sartori (2001, p.40) assevera que “as interações na rede são somente um pálido substitutivo das interações cara-a-cara, isto é, das

8 Ibid., p.42

verdadeiras interações” sendo possível ver as interações digitais como “um contato empobrecido que afinal nos deixa sempre sozinhos diante de um teclado”⁹ Admite o autor que “as potencialidades da Internet são quase que infinitas, tanto no mal quanto no bem”¹⁰. As possibilidades positivas residem no uso do instrumento para a obtenção de informações e conhecimentos. “Mas a maioria dos usuários da Internet não é deste tipo e, na minha previsão, nem vai ser”¹¹. Seriam “analfabetos culturais que matarão o tempo na Internet, um tempo vazio na companhia de “almas gêmeas” esportivas, eróticas ou entretidos em pequenos hobbies”¹²

Outro aspecto neste debate tem que ser trazido ao proscênio, qual seja as novas tecnologias eliminariam o conflito, invisibilizariam os sujeitos da ação ao se forjarem “tentativas de criação de uma nova esfera pública, através do uso inovador da Internet. Manifestos, subscrições, denúncias, correm hoje pelo sem-fio eletrônico, mas seu efeito ainda é limitado, sobretudo pela invisibilidade ou pela anulação da fala” (OLIVEIRA, 2007, p.294). A esse respeito tem sido contraposto o argumento que não reside na Internet e na sociedade digital a responsabilização única para a individualização crescente das últimas décadas. Podem causar o aprofundamento dessa realidade, mas não são a sua causa, existindo no mundo real (e não virtual) elementos materiais, como as lojas de departamentos e os supermercados, que funcionam com pouca ou, no limite, nenhuma interação entre vendedores e compradores (PINHO & WINKLER, 2008). Em outras palavras, não é só no mundo digital que não se verificam relações face-a-face, onde não existe fala. Na verdade, na esfera digital ocorrem diálogos, mesmo que os interlocutores não estejam presentes, um frente ao outro, só que é um diálogo de outra natureza. Os autores ainda citam as agências bancárias onde, cada vez mais se reduz a possibilidade de se contactar um funcionário carnal, ficando as relações face-a-face constituídas por relações face-a-máquina ¹³. Os exemplos mostrados não pertencem ao mundo virtual, ao âmbito da Internet e, assim, “o mundo real já está marcado por um processo de individualização, ou de solidão, de isolamento, insulamento que tem sido apontado como característica (praga?) do mundo virtual”¹⁴.

9 Ibid., p.40

10 Ibid., p.42

11 Ibid., p.42

12 Ibid., p.43

13 Ibid, p.6

14 Ibid, p.6

Outra face da Internet reside no surgimento de novas formas de anonimato. Mas, também nesse sentido, já foi demonstrado ao estudar a rede de interações de uma associação de professores em uma universidade federal que, em determinadas condições, o anonimato é que confere a possibilidade da fala, e não a negação desta que ocorreria em situações presenciais (PINHO & WINKLER, 2008). Na verdade, o que se sente, com os elementos aqui arrolados, é a construção de um processo histórico que se impõe, que se afirma, parecendo ser difícil resistir a sua marcha irreversível e do qual ainda se conhece pouco. Os elementos trabalhados neste artigo mostram, não só que ainda se conhece pouco sobre esta esfera digital, conforme apontado, bem como sobre o comportamento dos usuários da web no caso específico do Brasil, mais especificamente como agem, se manifestam, suas áreas de interesse e de envolvimento. Mas vale também lembrar que a tecnologia não substitui a política nem pode ser vista como uma salvação para esta (CASTELLIS, 2003). Se, vimos que do lado do governo (e também do Estado) a oferta de condições favoráveis para a realização da política não são nada favoráveis, parte-se, agora, neste artigo para a compreensão do que faz este grupo de universitários. Desde já as pesquisas existentes indicam que os resultados não são nada alvissareiros.

Ao estudar o impacto da Internet na política Sorj (2003) sugere uma tipologia com três níveis de influência: a e-governança, o e-governo e a e-política. Esta tipologia é sistematizada pela tabela 1.

Tabela 1: Níveis de Influência Política da Internet

Nível de Influência	Finalidades
e-Governança	<ol style="list-style-type: none"> 1. Divulgar atividades dos diferentes órgãos do governo, incluindo acompanhamento do orçamento e gastos públicos, garantindo transparência e monitoramento público; 2. Melhorar a rapidez, o alcance e a qualidade na administração interna e nos serviços prestados; 3. Prestar serviços on-line, incluindo emissão de certificados, solicitação de serviços de saúde e educação, pagamento de contas, tributos e declaração de impostos; 4. Realizar leilões eletrônicos, licitações públicas, compras e fornecer serviços.
e-Governo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Voto eletrônico 2. Interação com as instituições públicas e a regulação das atividades associadas à Internet - o desenvolvimento da legislação concernente às atividades comerciais; 3. Medidas de segurança e direitos de privacidade individual.

e-Política	<ol style="list-style-type: none"> 1. Organização política da sociedade civil; 2. Estruturação de ações políticas na relação cidadãos X estado.
------------	---

Fonte: Elaborado pelos autores baseado em SORJ (2003, p.48-49)

A proposta de Sorj (2003) contrasta com o atual formato de pesquisas na área, onde o governo eletrônico não é devidamente politizado (RUEDIGER, 2002), passando a política ao largo do governo eletrônico. É necessário cuidado nesta seara, pois como afirma Sorj (2003, p.48) pode existir uma confusão entre três níveis de influência da Internet na vida política. O primeiro seria a e-governança (uso da Internet para se aumentar a eficiência, a eficácia, a fiscalização e a transparência das instituições públicas); o e-governo (que é o conjunto de novos instrumentos para participação dos cidadãos na gestão e nas decisões governamentais) e a e-política (que se refere ao impacto da Internet na própria estrutura e possibilidades de organização política da sociedade). Ainda que a política esteja presente nos dois primeiros níveis, na linha de que a política permeia todas as atividades humanas, esses dois níveis exalam um caráter mais instrumental, operacional e técnico (lembrando que a criação de ambos resultou de interações políticas) enquanto o último (e-política) é que leva à possibilidade de ações políticas da sociedade para o Estado e dentro da própria sociedade. Sendo um pouco mais específico e partindo do princípio de que a internet facilitou a vida das pessoas bem como abriu um leque imenso de possibilidade de ações pelo meio digital, isto não quer dizer que as atividades que ligam cidadãos ao Estado sejam estritamente políticas, como nos dois primeiros níveis.

METODOLOGIA DA PESQUISA APLICADA E CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

A pesquisa aqui apresentada é uma survey caracterizada pelo uso de um questionário semi - estruturado para avaliar a frequência de uso da Internet, por parte dos entrevistados, para determinadas finalidades consideradas. O ponto de partida adotado por este estudo para a escolha dessas finalidades de uso da Internet foi a categorização apresentada pela Pesquisa TIC Domicílios. A pesquisa é realizada anualmente desde 2005 pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) e abrange todo o território nacional urbano. O estudo possui alta confiabilidade de amostra e

rigor estatístico, tendo realizado em sua edição 2007, base para esse trabalho, 17.000 entrevistas em 114.880 domicílios visitados.¹⁵

A TIC Domicílios foi adotada como referência deste trabalho por tratar-se da principal pesquisa da área realizada no país. Sendo assim, vem sendo amplamente usada desde sua primeira versão como referência para estudos acadêmicos nessa temática, em alguns casos de forma complementar, mas em outros casos constituindo a principal fonte de dados dos trabalhos (WINKLER, 2008)¹⁶. As finalidades de uso apresentadas pela TIC Domicílios e que serviram de base para este trabalho podem ser observadas na Tabela 2. As finalidades classificadas originalmente pela TIC Domicílios como sendo Governo Eletrônico, que serão objeto de uma análise mais detalhada desse trabalho, foram destacadas em negrito. O objetivo de destacar e isolar as questões referentes ao Governo Eletrônico é porque se entende que este é o que mais se aproxima explicitamente de uma atividade política (afinal é uma interação entre o cidadão e o espaço público estatal), ainda que esta assertiva também mereça uma apreciação crítica, como será feito adiante.

Tabela 2: Categorização das Finalidades de Uso da TIC Domicílios

Categorização Domicílios 2007	Finalidades de Uso
Lazer	<ul style="list-style-type: none"> • Participar de ambiente de simulação ou realidade virtual (ex. Second Life) • Assistir filmes ou vídeos (ex. You Tube) • Ouvir rádio e/ou assistir televisão em tempo real • Fazer o download de filmes, músicas e softwares • Jogar ou fazer download de jogos • Ler jornais e revistas

15 Maiores detalhes sobre a amostra e a metodologia da pesquisa estão disponíveis no endereço <http://www.cetic.br/usuarios/tic/2007/metodologia.htm>.pesquisa

16 Uma pesquisa exploratória no Google Acadêmico revela que, desde 2005, pelo menos 28 trabalhos citam a Pesquisa TIC Domicílios como referência. Pode-se supor que o número de trabalhos que utilizam seus dados como referência seja bem maior, uma vez que o próprio artigo mencionado anteriormente não é listado nos resultados do Google Acadêmico, sendo provável que existam outros nessa condição

Governo Eletrônico	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar informações sobre direitos (do consumidor, do trabalhador, benefícios sociais etc) • Fazer inscrição em concursos públicos • Declarar ou pagar impostos (Imposto de Renda, IPVA, IPTU etc) • Buscar informações sobre documentos, carteira de habilitação etc. • Enviar e-mails ou formulários oficiais para órgãos públicos • Acessar informações de autoridades e órgãos públicos
Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Outras atividades relacionadas à educação • Fazer cursos online • Realizar atividades escolares
Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Usar o Telefone via Internet/ videoconferência (ex. Skype) • Criar ou atualizar blogs ou websites • Participar de sites de comunidades e relacionamentos (ex. orkut) • Participar de listas de discussão ou fóruns • Enviar mensagens instantâneas (ex. MSN) • Enviar e receber e-mail
Busca de Informações	<ul style="list-style-type: none"> • Procurar informações relacionadas à saúde ou serviços de saúde • Buscar emprego/ enviar currículos • Procurar informações relacionadas à diversão e entretenimento • Procurar informações sobre bens e serviços em geral
Serviços Financeiros	<ul style="list-style-type: none"> • Acessar serviços bancários, Internet banking
Comércio Eletrônico	<ul style="list-style-type: none"> • Comprar produtos ou serviços

Fonte: CETIC (2009) (grifo nosso).

Sendo assim, foram aplicados 98 questionários em uma turma de 120 alunos apresentando-se as 27 finalidades de uso extraídas da pesquisa TIC Domicílios. Obteve-se um retorno de 70 questionários, o que é uma amostra representativa da população em estudo. A aplicação aconteceu em 2008 com alunos de uma disciplina em um curso de Administração de uma universidade pública na região Nordeste. A escolha pela aplicação nessa turma específica levou em consideração ser esta composta não por alunos originados de

um mesmo curso de graduação, mas de várias áreas distintas, como Direito, Engenharia, Ciências Contábeis, Secretariado, Arquivologia e Nutrição, entre outros. A heterogeneidade da turma expressa-se não só na grande variedade de cursos de origem, mas também com relação à classe social a que pertencem, permitindo captar um mosaico social diferenciado esperando se refletir na diversidade de respostas e, assim, enriquecer a análise. Em outras palavras, ainda que seja uma população composta apenas por universitários, há diferenças agudas entre eles, já que alunos de cursos como Direito e Engenharia, por exemplo, tendem a ter uma renda familiar mais alta, enquanto alunos dos cursos de Secretariado e Arquivologia tendem a ter uma renda familiar mais baixa.

A grande maioria dos respondentes (98%) é jovem, com faixa etária indo dos 19 aos 28 anos. A renda média familiar do grupo pesquisado fica entre 3 salários mínimos (para 36% dos respondentes) e 10 salários mínimos (para 25% dos respondentes), o que corresponde a 62% da amostra investigada. Os dados de renda indicam que os grupos com maior participação são o que poderíamos classificar como uma classe média baixa e uma classe média média, mostrando exatamente o rico e diferenciado mosaico social que a população em análise encerra. Isto quer dizer que temos um grupo, por suposto, potencialmente com maior tendência a usar a Internet, enquanto o outro tenderia a fazer menos uso da ferramenta. Quanto à ocupação, uma parte dos entrevistados trabalha e estuda (49%) enquanto outra parte apenas se dedica aos estudos (51%). Identificou-se que a questão do acesso e da infra-estrutura para conexão não é uma restrição ao uso da Internet para o grupo pesquisado - apenas 6,9% não possuem computador em suas casas, e 15,5% não possuem conexão com a Internet. Dos que possuem conexão com a Internet, 72% utilizam banda larga. Cabe destacar que se trata de um grupo bastante ativo em termos de uso da Internet - 79% acessam-na pelo menos uma vez por dia.

Os dados quantitativos das respostas receberam tratamento estatístico, e para identificar com que frequência o grupo pesquisado usava a Internet para cada finalidade, foi elaborado um índice baseado nas respostas que variam de 0 a 1. Com estes resultados, adotou-se a seguinte escala de correspondência entre o índice obtido e a frequência de uso: De 0 a 0,2 - NUNCA; De 0,2 a 0,4 - quase nunca; De 0,4 a 0,6 - às vezes; De 0,6 a 0,8 - quase sempre; De 0,8 a 1 - sempre. O passo seguinte foi investigar a frequência de uso da Internet para fins políticos, considerando para isso a categorização de “Governo Eletrônico” apresentada pela TIC Domicílios. Em seguida, levando em consideração a crítica de que a categorização da TIC Domicílios tem um viés demasiadamente

instrumental, propõe-se uma nova categorização, que sugere a diferenciação entre os conceitos de “governo eletrônico” e “política”. Em seguida, investigou-se mais uma vez a frequência de uso da Internet para fins políticos, mas considerando agora a nova categorização proposta. O último passo consiste em comparar os resultados obtidos a partir das duas diferentes categorizações.

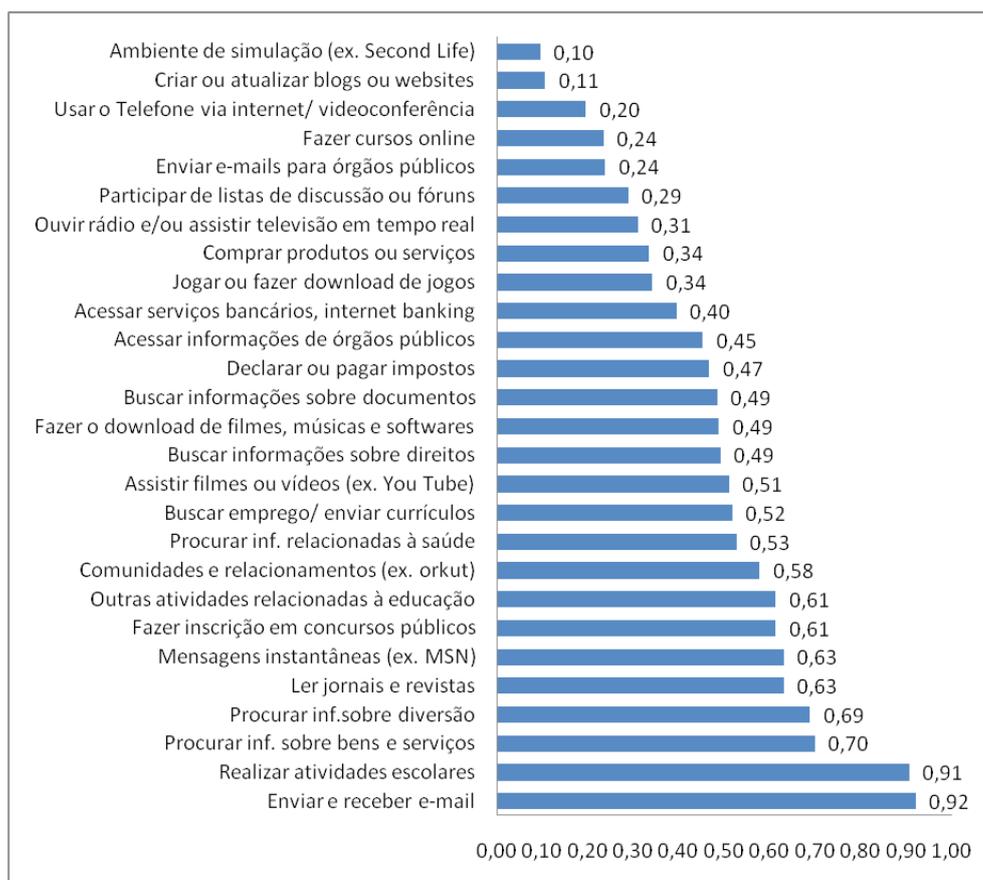
RESULTADOS E DISCUSSÕES

A discussão será apresentada em três etapas: na primeira, os resultados serão analisados tomando-se por base a categorização de Governo Eletrônico adotada pela Pesquisa TIC Domicílios. Na segunda etapa, propõe-se, a partir dessa categorização de Governo Eletrônico apresentada pela TIC Domicílios, uma nova categorização que sugere uma diferenciação entre “governo eletrônico” - ou e-gov - e “e-política”. Na terceira etapa, os resultados serão analisados tomando-se por base a comparação da frequência de uso para fins políticos considerando a categorização da TIC Domicílios e a nova categorização proposta neste artigo.

- **ETAPA 1 - INVESTIGAÇÃO DO USO DA INTERNET PARA FINS POLÍTICOS A PARTIR DA CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA TIC DOMICÍLIOS 2007**

Visando fazer uma aproximação inicial com o objeto, foi realizado um mapeamento da frequência com que os usuários entrevistados fazem uso da Internet para as finalidades de uso consideradas na pesquisa original. Como demonstrado anteriormente na sessão que trata da metodologia, a frequência de uso foi traduzida em um índice; os resultados dessa indexação podem ser observados no Gráfico 1.

Gráfico 1: Índice de freqüência por finalidade de uso



Fonte: Elaboração dos autores

Após esse mapeamento geral, a partir dos índices obtidos, reorganizamos as finalidades de uso da Internet de acordo com os índices de freqüência desse uso, conforme gradiente construído anteriormente. Os dados reorganizados podem observados na Tabela 3, foi mantido o destaque em negrito para as finalidades de uso classificadas originalmente pela TIC Domicílios como sendo Governo Eletrônico e que serão analisadas mais detalhadamente a seguir.

Tabela 3 – Freqüência de uso da Internet de acordo com a finalidade de uso

SEMPRE	<ul style="list-style-type: none"> • Enviar e receber e-mail • Realizar atividades escolares
Q U A S E SEMPRE	<ul style="list-style-type: none"> • Procurar informações sobre bens e serviços em geral • Procurar informações relacionadas à diversão e entretenimento • Ler jornais e revistas

ÁS VEZES	<ul style="list-style-type: none"> • Enviar mensagens instantâneas (ex. MSN) • Participar de sites de comunidades e relacionamentos (ex. orkut) • Buscar emprego/ enviar currículos • Procurar informações relacionadas à saúde ou serviços de saúde • Fazer o download de filmes, músicas e softwares • Assistir filmes ou vídeos (ex. You Tube) • Outras atividades relacionadas à educação • Fazer inscrição em concursos públicos • Buscar informações sobre documentos, carteira de habilitação etc. • Declarar ou pagar impostos (Imposto de Renda, IPVA, IPTU etc) • Acessar informações de autoridades e órgãos públicos • Buscar informações sobre direitos (do consumidor, do trabalhador, benefícios sociais etc)
Q U A S E NUNCA	<ul style="list-style-type: none"> • Enviar e-mails ou formulários oficiais para órgãos públicos • Participar de listas de discussão ou fóruns • Comprar produtos ou serviços • Jogar ou fazer download de jogos • Ouvir rádio e/ou assistir televisão em tempo real • Acessar serviços bancários, Internet banking • Fazer cursos online
NUNCA	<ul style="list-style-type: none"> • Criar ou atualizar blogs ou websites • Usar o Telefone via Internet/ videoconferência (ex. Skype) • Participar de ambiente de simulação ou realidade virtual (ex. Second Life)

Fonte: Elaboração dos autores

Visando facilitar a análise, os resultados foram agrupados pela frequência do uso para permitir identificar perfil de uso que o grupo pesquisado faz da Internet, indicado na tabela acima. Os fins políticos, objeto de estudo desse trabalho, foram destacados em negrito para facilitar a análise posterior. Pode-se verificar que o uso majoritário da Internet para o grupo pesquisado é para finalidades de comunicação, atividades educa-

tivas e o lazer, o que está de acordo com os resultados de pesquisas anteriores, abordadas no referencial teórico, sobre uso atual da Internet. Uma observação mais atenta do uso da Internet pelo grupo para as finalidades de uso classificadas pela TIC Domicílios como “Governo Eletrônico” revela que, situando-se principalmente entre “ÀS VEZES” e “QUASE NUNCA”, a frequência de uso para essa finalidade é muito baixa, o que nos leva a inferir o baixo índice de uso do que se considera, sob esse ponto de vista, que se aproxima mais de fins políticos.

Uma leitura possível para compreensão da finalidade de acesso a informações de órgãos públicos ser realizada “às vezes” pode ser relacionada aos concursos públicos que aparecem na mesma categoria de frequência. Ler editais, acessar sites governamentais e outras informações de órgãos públicos pode ter uma relação com a questão da empregabilidade uma vez que o grupo pesquisado é jovem e tende a buscar inserção no mercado de trabalho, ainda que seja público. Sendo assim, não constituiria uma finalidade exatamente política, estando mais no âmbito do interesse privado. Essas observações levam-nos a questionar o alcance da categoria “Governo Eletrônico” para expressar a atividade política na Internet. Ainda que todos os procedimentos implantados de Governo Eletrônico representem avanços em direção à melhoria de desempenho dos governos e de facilitação da vida dos usuários, ainda são muito limitados pensando-se em termos da atividade política propriamente dita, como discutido no referencial teórico.

Como mencionado anteriormente, a proposta deste trabalho é, qualificar o que é considerado “uso político” no espaço da Internet. Percebendo-se que a pesquisa TIC Domicílios apresenta limitações para a consecução do objetivo aqui perseguido, sugerimos uma nova categorização, um outro agrupamento das categorias da pesquisa original. Com esses objetivos e face aos comentários críticos realizados acima, na próxima etapa apresentamos e trabalhamos esta nova categorização que permita diferenciar os conceitos de “governo eletrônico” e “política”.

- ETAPA 2 - RECATEGORIZAÇÃO DAS FINALIDADES DE USO DA INTERNET PARA FINS POLÍTICOS A PARTIR DA CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA TIC DOMICÍLIOS

Como mencionado anteriormente, a nova categorização proposta por esse trabalho sugere a diferenciação entre os conceitos de “governo eletrônico” e “política”. O primeiro termo é muito abrangente, incluindo diversas finalidades, como “Buscar informações

sobre documentos, carteira de habilitação” e “Declarar ou pagar impostos” que, essencialmente instrumentais, não poderiam ser compreendidas como atividades políticas.

A política, na nova categorização proposta, é compreendida considerando sua dimensão de participação, de atuação mais incisiva do cidadão, ou seja, de interação entre cidadãos e governo. Sendo assim, seriam excluídos do conceito de política o uso instrumental de serviços governamentais, como emissão de documentos e inscrição em concursos públicos. Nesse sentido, a nova categorização levaria em consideração a importância da deliberação e da participação como atividades políticas. A comparação entre a categorização original da Pesquisa TIC Domicílios para as finalidades de uso “Governo Eletrônico” e a nova categorização proposta neste trabalho é demonstrada na Tabela 4 abaixo.

Tabela 4: Categorização de fins políticos da TIC Domicílios x Nova categorização proposta

	Finalidade de Uso
Categorização de Governo Eletrônico para TIC Domicílios 2007	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar informações sobre direitos (do consumidor, do trabalhador, benefícios sociais etc) • Fazer inscrição em concursos públicos • Declarar ou pagar impostos (Imposto de Renda, IPVA, IPTU etc) • Buscar informações sobre documentos, carteira de habilitação etc. • Enviar e-mails ou formulários oficiais para órgãos públicos • Acessar informações de autoridades e órgãos públicos
Categorização de fins políticos proposta	<ul style="list-style-type: none"> • Participar de listas de discussão ou fóruns • Buscar informações sobre direitos (do consumidor, do trabalhador, benefícios sociais etc) • Enviar e-mails ou formulários oficiais para órgãos públicos • Acessar informações de autoridades e órgãos públicos

Fonte: Elaboração dos autores baseado em CETIC (2009)

Como se pode observar, nesta definição mais dura de política, o elenco de categorias, de possibilidades do que se entende por política se reduziu bem. Mesmo assim, ainda tem-se consciência de que esta categorização ainda está longe da ideal, mas estamos limitados às finalidades disponíveis na pesquisa TIC Domicílios, ou seja, estamos nos baseando nas categorias pré-existentes na TIC Domicílios para construir esta nova categorização proposta. Para ilustrar, a “Participação em fóruns ou listas de discussão” pode

ser usada tanto para discussões de caráter público quanto para fins exclusivamente privados. Adotando aqui o princípio “in dúvida, pro réu”, estamos dando um voto de confiança entendendo que se mobilizar para participar de um fórum ou lista deve objetivar um fim mais nobre. De qualquer forma, é uma tentativa inicial de nos aproximarmos o mais possível de uma outra concepção do que é político em si.

• ETAPA 3 - COMPARAÇÃO DO USO DA INTERNET PARA FINS POLÍTICOS A PARTIR DAS DUAS CATEGORIZAÇÕES

Nessa etapa, passamos à comparação da frequência do uso da Internet para fins políticos de acordo com uma categorização ou outra. Os resultados podem ser observados na Tabela 5.

Tabela 5: Comparação entre frequência de uso para fins políticos pela categorização da TIC Domicílios com a nova categorização de fins políticos proposta

	Categorização de Governo Eletrônico para TIC Domicílios 2007	Nova Categorização de fins políticos proposta
ÁS VEZES	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar informações sobre direitos (do consumidor, do trabalhador, benefícios sociais etc) • Fazer inscrição em concursos públicos • Declarar ou pagar impostos (Imposto de Renda, IPVA, IPTU etc) • Buscar informações sobre documentos, carteira de habilitação etc. • Acessar informações de autoridades e órgãos públicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar informações sobre direitos (do consumidor, do trabalhador, benefícios sociais etc) • Acessar informações de autoridades e órgãos públicos
QUASE NUNCA	<ul style="list-style-type: none"> • Enviar e-mails ou formulários oficiais para órgãos públicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Participar de listas de discussão ou fóruns • Enviar e-mails ou formulários oficiais para órgãos públicos
NUNCA		

Fonte: Elaboração dos autores baseado em CETIC (2009)

A partir desses resultados, foi apurado o índice de uso para fins políticos (conforme discriminado na sessão “Metodologia de Pesquisa Aplicada e Caracterização da População”) baseado nas finalidades de uso das duas categorizações expostas acima. Considerando a categorização da TIC Domicílios, o índice obtido (média aritmética simples das finalidades de uso pesquisada) foi de 0,48, classificando-se na frequência de uso “Quase nunca”.

Quando aplicamos o mesmo processo à nova categorização de “fins políticos” proposta neste trabalho, o índice obtido foi 0,36 que se enquadra na frequência de uso “Quase nunca”.

Ainda que ambos os índices se enquadrem na mesma categoria, “Quase Nunca”, a participação política através da categorização proposta é ainda menor do que na categorização da TIC Domicílios, que possui um viés mais instrumental.

Esses resultados confirmam pesquisas precedentes, mas também apontam para a necessidade de se conhecer melhor o que é este “novo” homem digital.

Nesse ponto, é importante lembrar que os processos associados à Sociedade da Informação encontram-se ainda em fase inicial - a liberação da Internet para uso comercial no Brasil tem pouco mais de dez anos - e em constante mudança, de forma que diversas questões ainda permanecem sem resposta, surgindo outras novas a cada dia, como, por exemplo, “A disseminação das novas tecnologias Internet fará emergir um cidadão mais engajado, ou trata-se do mesmo cidadão, agora com computador?”, “Predominará o uso das TIC superficial, frívolo, ou assistimos à emergência de uma nova forma de se fazer política, se associar, se mobilizar?”, “Há significativa diferença no uso político que os indivíduos fazem das TIC de acordo com a renda? De acordo com a idade?” .

Nesse contexto, é importante o alerta de que “[..] até o momento, não há ainda elementos suficientes que confirmem qualquer suposição sobre o impacto da Internet na política” (SORJ 2003, p. 38), abrindo-se duas possibilidades: de um lado, “uma transformação radical da democracia representativa em democracia direta plebiscitária” e, de outro lado, a visão de que “a nova sociabilidade virtual destrói as bases da interação que permite a construção do espaço público e aumenta a capacidade de controle da população pelo Estado”¹⁷.

Ou, talvez, assistimos à emergência de cenários alternativos, em que os impactos das novas tecnologias não conduzirão nem à àgora digital que seus entusiastas esperavam, nem à ampliação da apatia política apontada pelos críticos, mas a novas formas de associação e mobilização que permitam pensar a política para além da interação entre cidadãos e a esfera governamental - limitação ainda presente tanto da categorização da pesquisa TIC quanto, ainda que menos, na nova categorização proposta.

17 Ibid., p.38

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui exposta confirma investigações anteriores que mostram um baixo uso por parte dos usuários da Internet para fins políticos. Olhando mais detidamente a população trabalhada, um grupo de uma universidade federal, composto por estudantes de nível de renda e de situação social bem diversificada com um segmento se aproximando da baixa renda (mas, de qualquer forma, universitários), os dados colhidos permitem apontar que, também neste grupo, com formação educacional superior à média brasileira, com acesso à informação em seus mais variados matizes, a política não mobiliza. Os resultados obtidos apontaram que os jovens pesquisados “Quase nunca” utilizam a Internet com finalidades políticas. Além deste fato, observou-se que a categorização e o conceito de política da pesquisa TIC domicílios, ora empregada, é por demais instrumental, limitando-se a compreender a política simplesmente como processos operacionais como pagamento de impostos, por exemplo. A política é vista como prestação de serviços governo-cidadão, mas o contra - fluxo, uma interação cidadão-governo é pouco explorada. Deste modo foi proposta uma nova categorização, ampliando o conceito de política para abranger processos de deliberação e debate, envolvendo outras finalidades de uso, como participar de listas ou fóruns de discussão, por exemplo. Obteve-se, a partir desta nova categorização um resultado ainda mais baixo da frequência de uso das novas tecnologias para fins políticos. Ainda deve ser lembrado que o conceito de política proposto aqui também não é o ideal, sendo um tanto elástico à medida que compreende, pelas razões metodológicas mencionadas, ações de caráter eminentemente instrumental ou de interesse mais privado e não propriamente de caráter público.

Aqui vai uma palavra ao mesmo tempo de salvação e condenação da base de dados da pesquisa TIC Domicílios. Ela não consegue capturar o que Sorj entende por e-política ficando restrita ao e-governo, esta seria a condenação. Por outro lado, ao não ser desenhada para isso reflete não só a ausência da política na sociedade brasileira em abstrato como não consegue perceber o imenso potencial que o meio digital tem para a uma atividade política mais ampla e estrutural.

Olhando do ponto de vista das TIC, chama a atenção que as tecnologias estão disseminadas, funcionam, mas suas decantadas virtudes não são mobilizadas no sentido da busca da política, do aprofundamento da democracia no Brasil. A política, os dados indicam, mobiliza nunca ou quase nunca os jovens universitários participantes deste

grupo, a Internet é usada mais como uma ferramenta de comunicação e de busca de lazer. Se buscarmos um sinal de alento ele reside na identificação também de um uso intensivo da Internet para atividades escolares e busca de informação em jornais e revistas, ainda que, também, não se saiba exatamente com que pretensão. Essas observações apontam para a necessidade de pesquisas mais direcionadas e focadas que permitam compreender melhor o que essas TIC representam efetivamente e como se comportam os seus usuários para melhor poder caracterizar os tempos que estamos vivendo e buscar alguma luz para uma sociedade mais justa e democrática, componentes de que o Brasil se ressentiremos. A pesquisa aqui apresentada serve como uma sinalização para entender o momento atual da juventude brasileira, em específico a de nível universitário, com melhores condições, portanto, de assumir um papel de protagonista na sociedade brasileira e sua fraca relação com a política. Serve também para lançar um questionamento nas expectativas depositadas no uso da Internet para fins políticos. Evidentemente, esses processos todos ainda não estão maduros e não permitem conclusões de caráter mais peremptório.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. C. A.; LEOPOLDINO, C.; MELO, D. A. Democracia Participativa e Internet: uma análise sobre os Portais dos Municípios da Região das Agulhas Negras. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 3, 2008, Salvador. *Anais...* Salvador: EnAPG, 2008. Disponível em: < http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=411&cod_evento_edicao=41&cod_edicao_trabalho=9921. Acesso em: 10 set. 2012.

BAUDRILLARD, J. *A ilusão vital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BRAGATTO, R. Participação Democrática e Internet: Uma breve análise dos websites dos governos federais dos quatro maiores países sulamericanos. In: JORNADA DE COMUNICAÇÃO E DEMOCRACIA, 4, Belo Horizonte, 2007. *Anais...* Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/sc_pi-rachel.pdf>. Acesso em : 06 dez. 2012

CASTELLS, M. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

CETIC. *3ª Pesquisa Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC): Domicílios 2007/2009*. Disponível em < <http://www.nic.br/indicadores/>>. Acesso em: 27 abr. 2009.

COMASSETTO, L.R. Internet, a ilusão democrática. In: CONGRESSO DA INTERCOM, 26, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Intercom, 2003. Disponível em : http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP08_comassetto.pdf Acesso em: 06 dez. 2012

COSTA, Rogério da. **A cultura digital**. São Paulo: Publifolha, 2002 (Série Folha Explica).

CUNHA, Maria Alexandra Viegas Cortez da ; SANTOS, Ghabryelle Schwarzbach dos. O uso dos meios eletrônicos no relacionamento do parlamentar com o cidadão nos municípios brasileiros. **Organizações e Sociedade**, Salvador, v.12, n.35, p. 69-89, 2005. Disponível em: < <http://www.revistaoes.ufba.br/viewarticle.php?id=230>>. Acesso em: 06 dez. 2012.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 2006. (Coleção Debates, 19)

FISHKIN, J.S. Possibilidades democráticas virtuais: perspectivas da democracia via internet. In: EISENBERG, José ; CEPIK, Marco (Org). **Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

GUIDI, Leda. Democracia eletrônica em Bolonha: a rede iperbole e a construção de uma comunidade participativa on-line. In: EISENBERG, J. ; CEPIK, M. (Org.). **Internet e política: teoria e pratica da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

LEVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed.34, 1999.

MAIA, R. C. M. Redes cívicas e Internet: do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública. In: EISENBERG, J.; CEPIK, M. (Org.). **Internet e política: teoria e pratica da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MARCONDES FILHO, C. **Sociedade tecnológica**. São Paulo: Scipione, 1994.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em defesa da política**. São Paulo: SENAC, 2001.

OLIVEIRA, Francisco. Capitalismo e política: um paradoxo letal. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O esquecimento da política**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

PINHO, José Antonio Gomes de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Rev. Adm. Pública**. Rio de Janeiro, v.42, n.3, maio/jun.2008, p. 471-793.

_____; WINKLER, I. Dabliu, Dabliu, Dabliu: Sociedade da Informação. Que informação? In: ENCONTRO DA ANPAD, 31, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

_____. Política Presencial x Política Virtual: uma investigação no Fórum Digital de Debates entre Docentes na UFBA. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 32, 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: EnANAPAD, 2008.

PRADO, Otávio. **Governo eletrônico e transparência: a publicização das contas públicas das capitais brasileiras.** Dissertação (Mestrado). Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2004.

_____. **Governo eletrônico, reforma do estado e transparência: o Programa de Governo Eletrônico do Brasil.** Tese (Doutorado). Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2009.

RÜDIGER, F. **Introdução às teorias da cibercultura.** Porto Alegre: Sulina, 2003.

SARTORI, G. **Homo videns : televisão e pós-pensamento.** Bauru: EDUSC. 2001

SCHLOSSBERG, Edwin. **Excelência interativa.** Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

SORJ, B. **Brasil@povo.com : a luta contra as desigualdades na sociedade da informação.** Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 2003.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis: Vozes, 1998.

VAZ, J.C. **Limites e possibilidades do uso de portais municipais para promoção da cidadania: a construção de um modelo de análise e avaliação.** Tese (Doutorado) Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2003.

WINKLER, I. **Investigação do Uso das TIC segundo o Grau de Instrução do usuário.** In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 3, Salvador. *Anais...* Salvador: EnAPG, 2008.

Wolton, D. **Internet e depois? uma teoria crítica das novas mídias.** Porto Alegre: Sulina, 2003.

Artigo recebido: 23 de maio de 2013

Artigo aceito: 20 de junho de 2013